



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo, das Águas e das Florestas: Perspectivas e Práticas Integradoras

Ângelo Rodrigues de Carvalho¹

Adebaro Alves dos Reis²

TERRITORIAL DEVELOPMENT AND EDUCATION IN THE COUNTRYSIDE, WATERS AND FORESTS: PERSPECTIVES AND INTEGRATING PRACTICES

Área Temática III: Desenvolvimento Rural Sustentável, Dinâmica Territoriais e Conhecimentos Tradicionais

Modalidade: Artigo Científico

Resumo

Este artigo explora o desenvolvimento territorial através da lente da educação voltada ao entendimento da realidade histórica e cultural dos sujeitos-territórios das comunidades rurais/agrarias, ribeirinhas e florestais. Examina as perspectivas e práticas integradoras que favorecem a sustentabilidade e a inclusão social dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas. Ao destacar iniciativas educacionais que valorizam os saberes tradicionais e o uso sustentável dos recursos naturais, o estudo propõe a construção de um modelo de desenvolvimento territorial que reconheça, respeite e fortaleça a identidade cultural e a autonomia dos sujeitos-territórios das populações locais. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica sobre a referida temática. O presente trabalho analisa as perspectivas teóricas e práticas integradoras que promovem a sustentabilidade e a inclusão social dos sujeitos-territórios da classe trabalhadora camponesa. Ao destacar iniciativas educacionais que valorizam os saberes tradicionais e promovem o uso sustentável dos recursos naturais, propõe-se um modelo de desenvolvimento territorial que fortaleça a identidade cultural e a autonomia das populações locais. Desta forma, espera-se poder contribuir com o debate acerca da construção de um Desenvolvimento Territorial associado à uma educação inclusiva e contextualizada, que respeite e valorize a diversidade cultural e econômica, bem como os saberes das populações que vivem e se reproduzem do campo, das águas e das florestas.

Palavras-Chave: Camponeses, Desenvolvimento Territorial, Educação Libertadora, Populações Locais, Saberes Tradicionais.

Abstract

This article explores territorial development through the lens of education aimed at understanding the historical and cultural reality of the subject-territories of rural/agrarian, riverside and forest communities. It examines the perspectives and integrative practices that favor the sustainability and social inclusion of the subjects-territories of the countryside, waters and forests. By highlighting educational initiatives that value traditional knowledge and the sustainable use of natural resources, the study proposes the construction of a territorial development model that recognizes, respects and

¹ IFPA – Campus Castanhal; e-mail: angelo.carvalho@ifpa.edu.br

² IFPA – Campus Castanhal; e-mail: adebaro.reis@ifpa.edu.br



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

27 a 30
AGOSTO

strengthens the cultural identity and autonomy of local populations. The methodology used was a literature review on the subject. This paper analyzes the theoretical perspectives and integrative practices that promote the sustainability and social inclusion of working-class peasant subjects-territories. By highlighting educational initiatives that value traditional knowledge and promote the sustainable use of natural resources, it proposes a territorial development model that strengthens the cultural identity and autonomy of local populations. In this way, we hope to be able to contribute to the debate on the construction of Territorial Development associated with inclusive and contextualized education, which respects and values cultural and economic diversity, as well as the knowledge of the populations that live and reproduce in the countryside, waters and forests.

Key words: Peasants, Territorial Development, Liberating Education, Local Populations, Traditional Knowledge.

1. Introdução

O Brasil, com sua vasta extensão territorial e diversidade socioeconômica e cultural, apresenta desafios únicos em relação ao desenvolvimento rural/agrário e à educação, especialmente uma educação que seja e esteja de fato voltada a realidade histórico-cultural da classe trabalhadora camponesa.

Os espaços territoriais rurais/agrários do país abrigam uma parcela significativa da população, cujo modo de vida está diretamente ligado ao desenvolvimento das atividades rurais/agrárias, agrícolas e à sustentabilidade do território. Sobre a diferença entre os espaços rurais/agrários e o agrícola, está fundamentalmente na lógica de produção e reprodução da vida e das atividades econômicas.

Enquanto os espaço agrários/rurais estão diretamente relacionados ao modelo camponês de produção, ou seja, o modo de vida camponês se sobressai na busca da produção material e da reprodução humana e econômica dos sujeitos-territórios de acordo com as necessidades de suas populações; já o espaço agrícola tem como base o desenvolvimento da agricultura segundo os interesses e lógica reprodutiva e economicista do capital, isto é, a produção agrícola está voltada a atender as decisões políticas e econômicas do mercado, que dita a regras, os valores e os preços do trabalho e dos produtos que são produzidos.

Neste sentido, observa-se que o território, o modelo de desenvolvimento e a agricultura da realidade camponesa não são mesmos da prática capitalista. Logo, existem diferenças entre o espaço agrário/rural e espaço agrícola. O trabalho nos espaços rurais/agrários quase sempre é



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

coletivo e voltada a atender as necessidades da reprodução do grupo familiar. Já na lógica do trabalho é vista como ferramenta de exploração do homem pelo homem, assim as relações de trabalho são tipicamente capitalistas, paga-se os trabalhadores para trabalharem, porém não em benefício própria, mas para atender a lógica do mercado.

Na perspectiva de Kageyama (2004, p. 382)

A discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver um certo consenso sobre os seguintes pontos: a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social)

Por outro lado, no entanto, os sujeitos-territórios dos espaços/territórios rurais/agrários e agrícolas, frequentemente enfrentam os mesmos problemas de acesso à educação de qualidade, infraestrutura adequada e políticas públicas suficientemente articuladas com as suas reais necessidades locais. Como observa Saquet (2017, p. 41) “Nessa complexidade, a luta para a conquista de melhores condições de vida, com preservação da natureza e do patrimônio histórico, com maior autonomia possível, é uma meta indispensável”.

O Desenvolvimento Territorial, seja ele de caráter econômico, social, cultural e/ou político, “é um conceito complexo e só pode ser definido por meio de simplificações, que incluem ‘decomposição’ de alguns de seus aspectos e ‘aproximação’ por algumas formas de medidas”, afirma Kageyama (2004, p. 380).

Para Kageyama (2004, p. 380)

O desenvolvimento é um processo complexo, por isso muitas vezes se recorre ao recurso mental de simplificação, estudando separadamente o “desenvolvimento econômico”, por exemplo; ou, como propõe Veiga, pode-se estudar separadamente o “lado rural do desenvolvimento”.

Entende-se aqui que o desenvolvimento não pode ser fragmentado, pois a fragmentação expressa desestrutura, desenvolvimento implica em transformação, logo, defende-se que

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social e global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social (BRESSER-PEREIRA, 1985, p.31).



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

Na perspectiva de Carvalho (2023, p. 72)

educação e desenvolvimento são dois conceitos que historicamente caminham juntos, especialmente a partir do advento dos tempos modernos, pois a dissociação entre ambos implica no plano teórico e prático a impossibilidade de evolução das sociedades. Logo, é possível afirmar que há entre os conceitos um diálogo em permanente (re) construção, de outro modo, desenha-se nesse contexto diversas perspectivas que convergem para uma inter-relação entre ambos.

A Educação do Campo, das Águas e das Florestas por sua vez é um conceito recente que vem sendo constituído a partir da organização e das lutas dos Movimentos Sociais e sindicais do campo, sendo compreendido como produto das próprias realizações e autonomia dos sujeitos-territórios que produzem e se reproduzem pelos recursos ofertados pela natureza, pela terra e os territórios.

Portanto, o objetivo deste presente trabalho é compreender os conceitos e analisar as inter-relações entre Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo, das Águas e das Florestas, considerando esta educação como alternativa viável ao processo de construção de um outro modelo de desenvolvimento do território rural/agrário, que abriga a classe trabalhadora camponesa. As análises expostas neste trabalho foram embasadas em um estudo bibliográfico, além das últimas pesquisas do signatário autor, realizadas nos últimos anos, considerando o período do ano de 2021 até o presente momento.

De acordo com Carvalho (2023, p. 31) “só mediante um Desenvolvimento Territorial Rural pensado e construído pelos sujeitos coletivos do campo, a luta da classe trabalhadora camponesa contra os agrotóxicos, a exploração e expropriação do trabalho, conseguirá sua materialidade concreta”. Logo, pensa-se na existência de uma construção comum entre Educação do Campo, das Águas e das Florestas e um Desenvolvimento Territorial, constituindo-se em uma simbiose socioespacial e socioterritorial, fundamentalmente a partir do reconhecimento e da valorização da cultura e da história dos sujeitos-territórios coletivos de todos os espaços/territórios do campesinato.

Neste sentido, busca-se, a partir do alcance de um novo projeto educacional, ou seja, mediante a construção da Educação do Campo, das Águas e das Florestas, construída pelas



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

ações dos sujeitos-territórios que vivem e se reproduzem da terra e dos territórios, um Desenvolvimento Territorial que atenda as realidades históricas e culturais desses sujeitos,

...reconhecendo e valorizando as diferenças, as identidades, as classes sociais, as necessidades das pessoas, os anseios, os sonhos, os objetivos de cada sujeito, de cada família, enfim, a heterogeneidade dos tempos, dos territórios, das temporalidades, das territorialidades e a conquista da autonomia no processo decisório. (SAQUET, 2017, p. 41-42).

Face ao exposto, é possível inferir que cada espaço de vivência que abriga um conjunto de sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas, percebe uma territorialidade específica e singular, que representa tempos e espaços diferentes, com uma determinada realidade histórico e cultural. Portanto, não se pode generalizar, acreditando-se que as temporalidades e as territorialidades dos sujeitos-territórios do campo, sejam as mesmas daqueles que vivem e reproduzem das águas e das florestas.

Portanto, o Desenvolvimento Territorial abordado neste trabalho, parte do pressuposto de que o desenvolvimento e o território não podem e nem devem ser, exclusivamente, conceitos dominados e discutidos pela lógica do mercado, atendida nas sucessivas práticas desenvolvimentistas adotadas e hegemonizadas pelo controle e o poder do Estado. Pensa-se em o Desenvolvimento Territorial sendo constituído por e partir das ações políticas e socioculturais dos sujeitos-territórios individuais e coletivos dos espaços/territórios da diversidade das populações camponesas.

2. Metodologia

A pesquisa ora apresentada adotou como procedimento de pesquisa a metodologia da revisão bibliográfica, tendo como suporte teórico autores como Fernandes (2016), Molina (2003), Caldart (2004 e 2016) que abordam questões fundamentais sobre a Educação do Campo, das Águas e Florestas. No que tange ao debate sobre Desenvolvimento Territorial, foram importantes as contribuições de Saquet (2017) e Billaud (2014), além de outros teóricos.

De acordo com Severino (2007) a pesquisa bibliográfica é que aquela que se realiza a partir dos registros já disponíveis sobre a temática estudada. Neste sentido, “Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos”. (SEVERINO, 2007, p. 122). A revisão



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

27 a 30
AGOSTO

bibliográfica realizada permite afirmar que a mesma é importante para o aprofundamento de novos conhecimentos e saberes sobre as perspectivas e práticas que integram a Educação do Campo, das Águas e das Florestas ao Desenvolvimento Territorial dos espaços/territórios da classe trabalhadora camponesa.

Neste sentido, a abordagem da presente pesquisa se caracteriza por ser qualitativa, uma vez que busca um estudo amplo sobre os objetos da pesquisa que são as categorias do Desenvolvimento Territorial e da Educação do Campo, das Águas e das Florestas, considerando o contexto de tempo e espaço em que estão inseridos, bem como das características da sociedade contemporânea atual.

3. Resultados/Discussões

Antes da abordagem principal sobre Desenvolvimento Territorial e suas relações – que vem sendo construídas e constituídas com a Educação do Campo, das Águas e das Florestas, é importante ressaltar que os termos/conceitos citados acima, guardam uma profunda relação; porém, considerando a forte presença da lógica econômica e produtivista do capital, tais conceitos ganham uma conotação de negócios, de exploração do trabalho alheio, bem como de desrespeito à realidade sócio-histórica, a diversidade cultural e, consequentemente, o não reconhecimento do modo de vida das populações que vivem e se reproduzem da terra e do território.

Seguindo este raciocínio e considerando a biodiversidade humana e cultural dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas, é imprescindível deixar claro que ambos os conceitos estudados, ganham aqui nesta pesquisa um outro sentido e ao mesmo tempo uma nova conotação, ou seja, Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo, das Águas e das Florestas são visitados e ressignificados. Portanto, torna-se preciso evidenciar que tanto o território, quanto a educação, ambos são conceitos em disputa, logo, é preciso considerar a conflitualidade que emerge dessa disputa, que não é apenas de conceitos ou de uma questão semântica.

O conceito de Educação do Campo, das Águas e das Florestas, é um conceito recente, mas apesar de ser bastante novo, o mesmo já está em disputa, “exatamente porque o movimento



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

27 a 30
AGOSTO

da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes" (CALDART, 2008, p. 69). Em outras palavras, trata-se, pois, na essência, de uma disputa de visão de mundo, de modelos de desenvolvimento diferentes, da opção por uma vida de dignidade, respeitos, valores, tradições, sonhos, possibilidades e, sobretudo, pelo (re) inventar do existir e da raiz da resistência.

Neste ínterim, pode-se afirmar que

O "desenvolvimento" não é uma palavra neutra, que pudesse indicar, sem controvérsias, o caminho "natural" a ser trilhado por uma sociedade na busca do seu progresso e aperfeiçoamento. Ao contrário, ela se refere, antes de tudo, a um vasto e profundo campo de disputas entre concepções de sociedade, que expressam interesses conflitantes de grupos e classes sociais (WANDERLEY, 2014, p. 79).

Desta forma, nota-se que nos últimos anos o Desenvolvimento Territorial vem sendo reformulado pelo crescimento econômico, muitas das vezes, entendido como expressão de desenvolvimento. Portanto, considerando este pensamento de caráter estatal e mercadológico, observa-se aqui que,

Na realidade, o desenvolvimento territorial reformulado pelo desenvolvimento não pode ser percebido apenas: (a) como manifestação de uma resistência de um movimento social a um processo de uniformização ou à constatação da falência do sistema planificador; (b) como um ardil para aliciar aqueles que o sistema rejeita ou aqueles que o contestam, ou mesmo para atingir uma maior eficácia na harmonização necessária de interesses divergentes. (BILLAUD, 2014, p. 45).

Considerando a existência dos interesses divergentes, esclarece-se aqui, que não são todos os setores da sociedade que percebem interesses, pois ao se tratar da classes trabalhadora camponesa que vive e se reproduz do campo, das águas e das florestas, o que mais se destaca do ponto de vista material, isto é socioeconômico, são as necessidades desse conjunto de trabalhadoras/es. Portanto, evidencia-se que o território do modelo de desenvolvimento do capital, apresenta um caráter economicista, ou seja, voltado ao mercado, logo, não é o mesmo território do modelo de Desenvolvimento Territorial defendido pelos Movimentos Sociais do Campo e pela Educação do Campo, das Águas e das Florestas.

O nascimento da Educação do Campo, das Águas e das Florestas, de acordo com Caldart (2008, p. 71) está diretamente relacionado a



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

27 a 30
AGOSTO

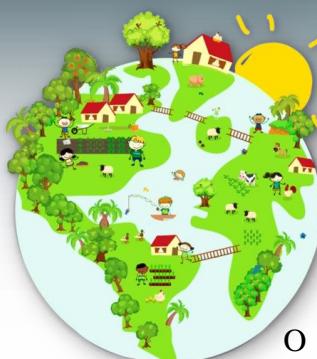
[Organização da] mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades campesinas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades campesinas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

Portanto, a organização dos Movimentos Sociais e sindicais do campo é estratégica para a permanência da mobilização e da luta de seus sujeitos-territórios. Só a luta muda a vida, por isso como afirmou Bertolt Brecht **“NADA É IMPOSSÍVEL DE MUDAR”**. Por isso mesmo é preciso se compreender que na trajetória da história da humanidade: “Há homens que lutam um dia, e são bons; Há outros que lutam um ano, e são melhores; Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons; Porém há os que lutam toda a vida; Estes são os imprescindíveis”, afirmou o poeta Bertolt Brecht. Assim são os homens e mulheres que se encontram nas fileiras do Movimento por Uma Educação do Campo, das Águas e das Florestas.

Por outro lado, é importante salientar que, não fosse apenas essa dualidade, não se pode esquecer, que ainda há o choque de interesses existentes no meio do processo de expansão da lógica capitalista. Em outras palavras, o capitalismo apresenta posições diferentes no que tange ao modelo de desenvolvimento, apresentando duas visões ideológicas, cada uma com seus pressupostos teóricos, mas que no final acabam convergindo sempre à hegemonização do modo capitalista de produção.

Compreende-se que,

Essas duas perspectivas representam posições ideologicamente opostas. A primeira adere a um ponto de vista reconhecido como liberal e acredita, em última instância, nos benefícios do gradualismo e no efeito de transbordamento (*trickle-down effect*). A segunda adota um ponto de vista considerado radical e concebe o desenvolvimento como um processo inherentemente desigual, envolvendo a exploração continuada das sociedades periféricas. Ainda, em outro nível, os dois modelos são similares no sentido em que ambos concebem o desenvolvimento e as mudanças sociais como emergindo primeiramente dos centros de poder sob a forma de intervenções pelo estado ou por interesses internacionais, e seguindo um caminho determinado e abrangente de desenvolvimento, guiado por estágios de desenvolvimento ou pela sucessão de modos de produção dominantes. Essas forças externas restringem a vida das pessoas, reduzindo sua autonomia e, no final, subestimando formas nativas ou locais de cooperação e solidariedade, resultando em uma crescente diferenciação socioeconômica e em um maior controle centralizado de grupos, instituições e empresas econômicas e políticas poderosas. (LONG; PLOEG, 2011, p. 22-23).



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

27 a 30
AGOSTO

O Desenvolvimento Territorial almejado pela classe trabalhadora camponesa, compreende uma abordagem que considera as especificidades de cada espaço/território, reconhece e valoriza as especificidades políticas, históricas, econômicas e socioculturais dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas; sua importância está na possibilidade de favorecer a promoção não apenas de um crescimento econômico, mas, sobretudo, do desenvolvimento intelectual e humano de cada sujeito individual e coletivo, com inclusão social, equidade político-econômica e da sustentabilidade ambiental de maneira integrada, participativa, justa e democrática.

É importante lembrar, que cada espaço/território dos sujeitos-territórios que vivem e se reproduzem da terra, do campo, das águas e das florestas, compreende uma determinada realidade, logo, observa-se uma diversidade de espaços/territórios, cada um com sua temporalidade e territorialidade coletivamente única e específica. Segundo Monnerat e Santos (2017, p. 20) “Diverso por natureza, como diverso é o ecossistema, o campesinato torna-se uma anomalia no modo de produção capitalista”. E em uma realidade socioterritorial cada maior, entende-se que “a produção deve estar em harmonia com a diversidade do ecossistema. Assim, mesmo que possam parecer encurralados, os camponeses tomam a palavra, reivindicam e constroem as ações de um novo mundo”. (MONNERAT; SANTOS, 2017, p. 20).

Esta perspectiva reconhece e valoriza a participação ativa dos sujeitos-territórios locais no planejamento e na implementação de políticas públicas, assegurando que estas venham atender efetivamente às suas demandas e potencialidades, reconhecendo e valorizando suas especificidades histórico-culturais. “E é talvez pelo singelo fato de existirem que os camponeses nos trazem, de modo firme e contínuo, exemplos práticos de que a agricultura, o campo e a produção de alimentos podem ser organizados fora da esfera do império alimentar da ordem do capital” (MONNERAT; SANTOS, 2017, p. 20). Assim, um enfoque territorial no desenvolvimento rural é essencial para enfrentar as desigualdades existentes nos espaços/territórios do campo, das águas e florestas, e promover um crescimento equitativo, participativo, justo e democrático. O território guarda consigo determinados valores e especificidades, que faz com que se observe territorialidades e temporalidades distintas, porque



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

27 a 30
AGOSTO

específicas e singulares são as realidades histórico-culturais dos espaços/territórios da classe trabalhadora camponesa.

Na perspectiva de Saquet (2017, p. 23. Grifo do autor)

O desenvolvimento, portanto, é territorial e contém mudanças e permanências, tradições e identidades, relações de pertencimento e confiança, redes de cooperação e especialização produtiva, concorrência e dominação. Os territórios são dinamizados por sociedades específicas, distintas entre si quanto à *estrutura* de classe e de poder, à economia e aos processos culturais, que se articulam e se territorializam historicamente.

Desta forma, comprehende-se, portanto, que o território e a identidade são os elementos que guardam fundamental importância no processo e na dinâmica da construção das realidades sócio-históricas dos sujeitos-territórios que vivem e fazem do campo, das águas e das florestas seu *lócus* de reprodução humana, econômica e cultural. A identidade tem, conforme afirma Saquet (2017, p. 25) “o significado da construção histórica, do pertencimento, do reconhecimento, a linguagem, dos ritos, dos mitos e símbolos, fundando-se, contraditoriamente, nas diferenças e desigualdades”.

Por outro lado,

O *enraizamento territorial* significa fazer parte da *comunidade*, dos seus significados em relação às atividades econômicas; refere-se ao envolvimento, à integração cultural e política, aos vínculos histórica e geograficamente efetivados; à mobilização, a luta e resistência política, ambiental e cultural. (SAQUET, 2017, p. 36. Grifos do autor).

A Educação do Campo, das Águas e das Florestas, por sua vez, trata-se de uma prática pedagógica educacional que reconhece e valoriza as particularidades socioterritoriais, econômicas e culturais das populações que vivem e se reproduzem na/da terra e no/do território. A Educação do Campo, das Águas e das Florestas busca proporcionar uma educação contextualizada, que não só atenda às necessidades básicas de ensino, mas também fortaleça a identidade e a capacidade de organização dos sujeitos-territórios dos espaços/territórios rurais/agrários do país. Além disso, a Educação do Campo, das Águas e das Florestas desempenha um papel crucial na formação de sujeitos individuais e coletivos conscientes e aptos a contribuir para o Desenvolvimento Territorial de seus espaços de vivência, logo, é de extrema relevância para o alcance da emancipação política e social dos sujeitos-territórios da classe trabalhadora camponesa.



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

A Educação do Campo, das Águas e das Florestas é um movimento educacional e pedagógico que visa atender as especificidades culturais e sócio-históricas das populações tradicionais, a exemplo de agroextrativistas, ribeirinhos, camponeses, catadores e coletores de sementes, agricultores familiares, Sem Terras, indígenas, pescadores, pequenos agricultores, quilombolas, marisqueiros, assentados, andirobeiras, caiçaras, castanheiras, catingueiros, ciganos, quebradeiras de coco, dentre tantos outros sujeitos-territórios que vivem em conexão profunda e respeito com a terra e os territórios, com a cultura e a natureza existentes no país, estando de acordo com suas tradições, seus saberes, conhecimentos e necessidades.

Na perspectiva de Caldart (2005, p. 151)

Nosso Movimento Por Uma Educação do Campo se afirma como um basta aos ‘pacotes’ e à tentativa de fazer das pessoas que vivem no campo instrumentos de implementação de modelos que as ignoram ou escravizam. Basta desta visão estreita de educação como preparação de mão-de-obra e a serviço do mercado. Queremos participar diretamente da construção do nosso projeto educativo; queremos aprender a pensar sobre a educação que nos interessa enquanto seres humanos, enquanto sujeitos de diferentes culturas, enquanto classe trabalhadora do campo, enquanto sujeitos das transformações necessárias em nosso país, enquanto cidadãos do mundo...

Neste sentido, portanto, Educação do Campo, das Águas e das Florestas representa a defesa da construção de um outro projeto não apenas de educação, não apenas de desenvolvimento do território, porque implica sim em um novo projeto de nação e de país, que não é possível ser constituído na tutela da reprodução capitalista, por isso se defende a emancipação humana e política dos sujeitos-territórios dos mais diversos recantos deste país.

Neste contexto, não pode haver Educação do Campo, das Águas e das Florestas sem a construção da luta pela terra, pelo território e pela reforma agrária. A garantia do acesso a terra e ao território material é o combustível que alimenta o projeto de um outro país e de uma nova sociedade, onde a escola não seja meio de exclusão dos sujeitos-territórios que vivem e se reproduzem da terra, das águas e das florestas. “A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como pensamento, teoria e/ou ideologia”, afirma Fernandes (2008, p. 55)

Fernandes (2008, p. 58) afirma ainda que,

[...] a luta pela terra e a reforma agrária formam o principal fator de territorialização do campesinato no território nacional. O desenvolvimento territorial e a reforma agrária são processos indissociáveis. Portanto, a obtenção de terras e o desenvolvimento dos assentamentos são processos inseparáveis. O capital forma seus territórios e se



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

27 a 30
AGOSTO

territorializa, ou seja, se expande multiplicando o controle de enormes áreas em todas as regiões. Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome de agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato por meio da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropria-lo por meio da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe.

Princípios fundamentais da arte de florestar os sistemas agrícolas ecológicos

Base da Agroecologia	O Solo
Principal via de retorno da matéria orgânica ao solo	A serrapilheria
Espécie perenes	Produção de biomassa
Forma de organizar os plantios	A sucessão natural e estratificação
Pulsação do sistema	A poda

Fonte: Adaptado de (MUNNERAT; SANTOS, 2017, p. 23-24).

A integração entre Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo, das Águas e das Florestas é fundamental para a criação de novas territorialidades e territorializações camponesas, bem como pensar na adoção concreta de políticas e práticas que promovam um desenvolvimento rural inclusivo, integrado, participativo e democrático, e, sobretudo, sustentável ambiental e socioeconomicamente, além de aprofundar as inter-relações entre importantes categorias sociais. A educação contextualizada pode capacitar os sujeitos-territórios das comunidades rurais/agrárias, tornando-as protagonistas de seu próprio desenvolvimento e de sua própria história. Por outro lado, um Desenvolvimento Territorial bem planejado, com a participação dos sujeitos-territórios locais pode criar as condições necessárias para uma educação de qualidade, acessível e relevante.

O conceito de Desenvolvimento Territorial que se defende nesta pesquisa, engloba não apenas a promoção do crescimento econômico, mas também envolve a formação humana e político-educacional, bem como a autonomia sociocultural dos sujeitos-territórios, em consonância com a conservação ambiental das regiões específicas, respeitando suas características culturais e naturais. No contexto das populações do campo, das águas e das florestas, a Educação do Campo, das Águas e das Florestas desempenha um papel crucial ao formar e capacitar os sujeitos-territórios locais a gerir seus recursos de maneira sustentável,



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

27 a 30
AGOSTO

promovendo o desenvolvimento integral e preservando ao mesmo tempo seus modos de vida tradicionais.

Um Desenvolvimento Territorial que se pretenda sustentável e integrador, requer por base a formação de parcerias entre governos, Organizações Não Governamentais/ONGs, instituições de ensino e os próprios sujeitos-territórios das populações tradicionais. Essas parcerias objetivam facilitar a troca de saberes e conhecimentos, a capacitação e a implementação de projetos integradores que beneficiem as populações de forma holística e integrada, essas práticas pedagógicas e educacionais, por sua vez, estão inseridas no contexto do movimento da Educação do Campo, das Águas e das Florestas.

Neste sentido, o Desenvolvimento Territorial refere-se a estratégias de crescimento socioeconômico, político-cultural, ambiental, de fortalecimento da identidade e da formação humana e intelectual de todas e todos os sujeitos-territórios, que vivem e se reproduzem na/da terra, no/do campo, nas/das águas e nas e das florestas.

A Educação do Campo, das Águas e das Florestas, por sua vez, baseia-se em uma pedagogia de ensino e de formação educacional cabalmente distinta do modelo de educação hegemônico. A pedagogia que se considera fundamental e se trabalha com as populações camponesas é a Pedagogia da Alternância, que combina períodos de estudo na escola com períodos de trabalho no campo, permitindo que as/os educandas/os apliquem imediatamente os conhecimentos adquiridos.

Para Carvalho (2009, p. 113)

A Pedagogia da Alternância compreende o processo dialógico do ato de conhecer, apresentando- se como o resultado da combinação de dois juízos humanos, a sensibilidade e o entendimento. Daí que o confronto e a convivência dialética dos sujeitos com suas próprias realidades econômicas, sociais, políticas e culturais constituem-se no alicerce do reconhecimento dos sujeitos do campo como seres humanos capazes, livres e auto-formadores das realizações de suas próprias vidas e prazeres.

Ainda conforme esclarece Carvalho (2009) um dos princípios da Educação do Campo, das Águas das Florestas, é que ela estabelece um vínculo coeso entre ensino, formação e conscientização humana, vinculando a educação e a escola com identidade e memória coletiva,



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

27 a 30
AGOSTO

ou seja, como uma busca permanente por direitos e valores democráticos. E é dentro deste contexto e princípio que se funda a Alternância Pedagógica dentro da Pedagogia. Neste sentido, “A Pedagogia da Alternância entende a dinâmica e a funcionalidade do campo, as lutas dos seus sujeitos-territórios, suas histórias e sua educação, pois reconhece que há no campo uma longa história educativa, cultural e humana [...] (CARVALHO, 2009, p. 114).

Vale ressaltar que a Educação do Campo, das Águas e das Florestas, foca na compreensão e na valorização dos diversos ecossistemas e biomas existentes no espaço territorial brasileiro. Inclui-se nessa dinâmica e formação de técnicas de agricultura, pesca, extrativismo e demais produções de maneira sustentável, ou seja, equilibrada com a natureza, o que abrange o conhecimento sobre a biodiversidade, a agroecologia e o manejo sustentável dos recursos florestais. Essas práticas são essenciais para a manutenção do processo de reprodução da vida das populações tradicionais e para a proteção dos recursos e a conservação da mãe natureza. Desta feita, ao capacitar os sujeitos-territórios das populações tradicionais, para utilizarem os recursos naturais de forma sustentável, promove-se com isso o alcance da segurança alimentar e a conservação ambiental.

Assim sendo, reforça-se a observação de que a Educação do Campo, das Águas e das Florestas, sobretudo, abrange conhecimentos sobre biodiversidade, direitos humanos, agroecologia e manejo sustentável dos recursos naturais e florestais. Esta educação, portanto, inverte a lógica da educação rural existentes nos territórios camponeses, que tem por objetivo tornar a classe trabalhadora camponesa subserviente aos interesses do capitalismo no campo, como é o agronegócio. A Educação do Campo, das Águas e das Florestas incentiva o respeito à vida, a conservação das florestas, a todos que vivem e se reproduzem da terra e dos territórios que envolve a diversidade da população camponesa, capacitando os sujeitos-territórios para utilizarem os recursos de maneira sustentável e participarem das cadeias produtivas que valorizam seus produtos, seus valores e sua diversidade cultural e humana.

A Educação do Campo, das Águas e das Florestas deve, portanto, promover a inclusão e participação social dos sujeitos-territórios, garantindo que todas/os sujeitos, membros das populações tradicionais tenham acesso aos benefícios do Desenvolvimento Territorial de forma



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

27 a 30
AGOSTO

sustentável. Isso implica a criação/formulação de políticas públicas que apoiem a educação de forma contextualizada, com a participação comunitária na gestão e no acesso dos recursos.

Desta forma, as práticas educativas integradoras proporcionadas pela Educação do Campo, das Águas e das Florestas promovem a valorização dos saberes tradicionais, reconhecendo-os como conhecimentos válidos e complementares aos saberes científicos. Neste sentido, pode-se inferir que a integração desses saberes permite que as comunidades desenvolvam soluções inovadoras e contextualizadas para seus desafios, a exemplo da luta pela terra e por territórios, fortalecendo assim sua identidade cultural e suas coesões e coerência social.

4. Considerações Finais

Nesta perspectiva, acredita-se que o alcance da construção de um futuro do Desenvolvimento Territorial holístico e integrado, depende da continuidade e expansão das iniciativas educacionais e pedagógicas efetivadas pelo projeto de Educação do Campo, das Águas e das Florestas, uma vez que esta valoriza as especificidades dos sujeitos-territórios do campo, das águas e das florestas. A adoção de tecnologias sustentáveis, o fortalecimento das redes de cooperação e a formulação de políticas públicas inclusivas são essenciais para garantir a sustentabilidade dessas comunidades e a preservação dos seus recursos naturais, associada ao cuidado com natureza.

A Educação do Campo, das Águas e das Florestas é uma ferramenta poderosa e fundamental ao processo de construção do Desenvolvimento Territorial sustentável da classe trabalhadora camponesa que existe e resiste nos espaços/territórios rurais/agrários do país, seja ela compreendida por pequenos agricultores familiares, pescadores, quilombolas, ribeirinhos e/ou florestais e indígenas. Ao integrar saberes tradicionais e científicos, promover a sustentabilidade e a inclusão social, e fomentar parcerias e redes de cooperação, é possível construir um modelo de desenvolvimento que respeite e valorize as identidades culturais e os recursos naturais dessas comunidades.

Diante desse contexto, argumenta-se aqui que, o Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo, das Águas e das Florestas, produz perspectivas e práticas Integradoras,



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

27 a 30
AGOSTO

que surgem como respostas à necessidade de formação intelectual e humana de educadoras/es, educandas/os, gestores públicos, líderes comunitários e demais interessados na temática. A Educação do Campo, das Águas e das Florestas, oferece uma formação teórica e prática, focada na compreensão das inter-relações entre desenvolvimento territorial e educação do campo, e na proposição de estratégias integradas que potencializem as políticas públicas, as práticas educativas, voltadas ao alcance da autonomia, do fortalecimento da identidade e da emancipação humana e política dos sujeitos-territórios que forma o campesinato brasileiro. Temática esta que ainda servirá, por muito tempo, como objeto de pesquisa e reflexão acadêmica, até porque a Educação do Campo, das Águas e das Florestas é um movimento, e como todo movimento, está em permanentes movimentos de transformações.

5. Referências Bibliográficas

BRECHT, Bertolt. Poema “Há homens que lutam um dia, e são bons”. Disponível em: <https://gilvander.org.br/site/%EF%BB%BFpoema-ha-homens-que-lutam-um-dia-e-sao-bons-de-bertolt-brech/>. Acesso em: 18/junho/2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. 4^a ed. São Paulo: Editora 34, 1985.

BILLAUD, Jean-Paul. Desenvolvimento territorial, cidadania e participação social: evidências a partir da experiência francesa. In: CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de N. B.; NIEDERLE, Paulo A. (Orgs.). **Participação, Território e Cidadania**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 43-54.

CARVALHO, Ângelo R. de. **A Pedagogia da Alternânciano Ensino Técnico Agrícola** – a experiência do PRONERA na Escola Agrotécnica Federal de Castanhal – Estado do Pará. Dissertação (Mestrado). Seropédica – RJ: UFRuralRJ, 2009.

CARVALHO, Ângelo R. de. **A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO IFPA DE CASTANHAL**: reflexões sobre as contribuições dos egressos do PRONERA às novas lógicas para a promoção do desenvolvimento territorial rural na região do nordeste paraense. Tese (Doutorado). Brasília: UnB, 2023.

FERNANDES, Bernardo M. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice A. dos. (Org.). **Por Uma Educação do Campo**: campo – políticas públicas – educação. Brasília: Incra/MDA, 2008, p. 39-66.

KAGEYAMA, Angela. DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEITO E MEDIDA. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 21, n. 3, set./dez. 2004, p. 379-408.



XVII SICOOPES & VIII FECITIS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

FEIRA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO SOCIAL

LONG, Norman.; PLOEG, Jean D. V. der. Heterogeneidade, ator e estrutura: a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, Sérgio.; GAZOLLA, Márcio. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011, p. 21-48.

MONNERAT, Priscila F.; SANTOS, Adriano L. dos. Educação e agroflorestal: conexão com a vida. In: CALDART, Roseli S. (Org.). **Caminhos para a transformação da escola: trabalho, agroecologia e estudos nas escolas do campo**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017, p. 19-36.

SAQUET, Marcos A. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

WANDEERLEY, Maria de N. B. Gênese da abordagem territorial no Brasil. In: CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDEERLEY, Maria de N. B.; NIEDERLE, Paulo A. (Orgs.). **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 79-102.